

**UMA ANÁLISE DAS ATAS DO CONANDA:
EM DEBATE O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE (BRASIL, 1993-2005)**

Thuanny de Souza Machado (bolsista de Iniciação Científica PIBIC-CNPq), Maria Lúcia dos Santos (bolsista de Iniciação Científica PIBIC-CNPq), Silvia Maria Fávero Arend (Professora Departamento de História – UDESC-FAED)

INTRODUÇÃO

A investigação intitulada “Uma história dos adolescentes em conflito com a lei sob a ótica da Justiça (Brasil, 1990-2016)”, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), é composta por corpus documental mais amplo: pelos processos jurídicos, atas do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e os dossiês legislativos que deram origem ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Optamos, nesta etapa da pesquisa, por analisar as atas do CONANDA e não os processos jurídicos, em função de esses documentos transcorrerem em segredo de Justiça. A investigação se deu a partir da análise de 135 atas de reuniões produzidas pelo CONANDA no período de 1993, o ano da primeira reunião, e 2005. O CONANDA é um órgão deliberativo federal criado em 1991 com o objetivo de zelar pela defesa, proteção e promoção dos direitos de crianças e adolescentes. Os atores sociais que compõem o CONANDA são os seguintes: representantes do Estado (conselheiros tutelares e representantes do governo federal), sociedade civil (movimentos sociais e entidades religiosas) e organizações não-governamentais. Analisamos as atas visando compreender como se deu a estruturação do Sistema de Garantia de Direitos após a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.

DESENVOLVIMENTO

O tratamento dos dados foi realizado por meio da metodologia da Análise de Conteúdo, com base nas contribuições de Laurence Bardin (2011), do campo da Psicologia, e de Roque Moraes (1999), do campo da Educação. A metodologia abrange cinco etapas de execução, incluindo: preparação das informações, unitarização dos dados, categorização, descrição e interpretação. As seguintes categorias foram criadas para a extração de dados por meio do Capivara, um software livre e de código aberto, desenvolvido especialmente para que pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento possam gerenciar os dados das fontes digitalizadas. As categorias de análise produzidas a partir das fontes foram as seguintes: Estatuto da Criança e do Adolescente; adolescentes em conflito com a lei; extermínio de crianças; meninos e meninas de rua; trabalho infantil; políticas públicas; Conselhos tutelares; Conselhos de direitos; Legislação; Adoção internacional; Adoção Nacional; Organizações não-governamentais; Mídias; Órgãos do Estado; Violência Sexual; Idade Penal; CONANDA; Polícia; FEBEM; Migração; Operadores do Direito; Intelectuais; Educação.

RESULTADOS

O órgão federal é resultado de um conjunto de transformações institucionais ocorridas a partir do processo da redemocratização brasileira e da Constituição Federal de 1988. A instituição reflete a estratégia do Estado brasileiro implementada no período, com o objetivo de adotar modelos de gestão participativa baseados em conselhos. As atas analisadas constituem o primeiro momento de atuação do CONANDA. Os resultados demonstram que o órgão atuou contra a exploração sexual e o tráfico de crianças. Isso englobou investigações sobre assédios em clubes esportivos, a implementação de

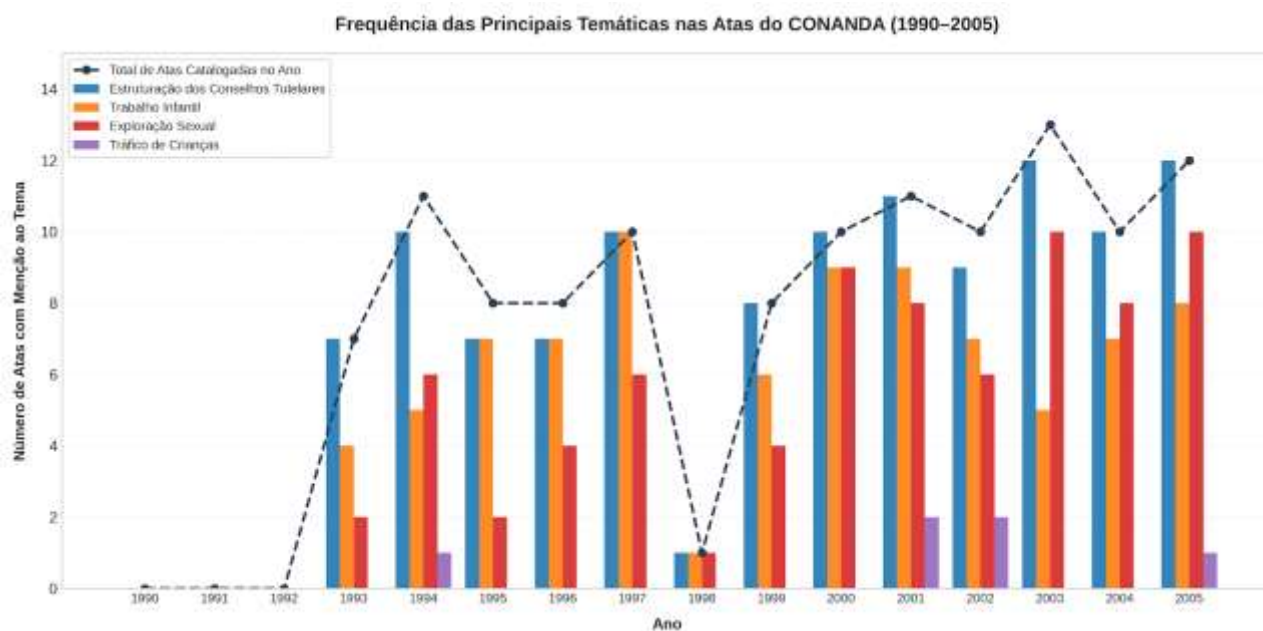
normas rigorosas para adoções e o reforço estrutural dos Conselhos Tutelares, assim como do Fundo Nacional da Criança e do Adolescente (FIA). Com uma configuração balanceada entre o poder público e a sociedade civil, o CONANDA igualmente ampliou seu campo de atuação para abordar questões emergentes no período, respaldando a ampliação da licença-maternidade. A instituição também atuou na defesa da educação integral e promoveu a erradicação do trabalho infantil em áreas como carvoarias e colheitas, além de recomendar a inclusão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) no Bolsa Família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período analisado, constatamos uma mudança nas pautas debatidas nas reuniões do CONANDA. Durante a década de 1990, as discussões abordaram temáticas mais abrangentes relativas às violações de direitos humanos. A partir dos anos 2000, observamos debates sobre a implementação de políticas sociais relativas ao enfrentamento do trabalho infantil, exploração sexual, tráfico humano e adoção ilegal (nacional e internacional). Identificamos também discussões acerca das políticas de transferência de renda, com destaque para o Programa Social Bolsa Família, implementado pelo governo federal.

Palavras-chave: Estatuto da Criança e do Adolescente; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Poder Judiciário; direitos humanos.

ANEXOS



Fonte: Elaborado por Maria Lúcia dos Santos e Thuanny de Souza Machado com base nas atas do CONANDA (1993–2005).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AREND, Silvia Maria Fávero. Direitos dos Adolescentes em conflito com a lei: caminhado a passos lentos (Brasil, 1991-2002). In: AREND, Silvia Maria Fávero; MIRANDA, Humberto da Silva (Org.). **Os tempos da Justiça: história, infâncias e direitos humanos na América Latina**. Criciúma: Editora da UNESCO, 2023, p. 64-79.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

DA COSTA OLIVEIRA, Assis. Participação social nos conselhos de políticas públicas na “era Bolsonaro”: o caso do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, 2022.

LONGHI, Carla Reis. Nas entranhas da transição: o discurso da violência através do papel da segurança pública no processo da transição política brasileira. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 16, n. 41, p. e0102, 2024.

LOTTA, Gabriela. Implementação de políticas públicas: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos burocratas de nível de rua no Programa Saúde da Família. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.